

Relator quer votação aberta de parecer

Prazo para entrega de relatório e regras para sua aprovação serão definidos amanhã

LEANDRA PERES

PIRENÓPOLIS – O senador Saturnino Bra-ga (PSB-RJ), relator do processo que investiga a violação do painel eletrônico do Senado, pretende apresentar seu relatório no fim da próxima semana e defende que a votação de seu parecer, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, seja aberta.

O prazo para entrega do relatório no qual Saturnino recomendará ou não a abertura de um processo de cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e as regras para a aprovação do documento serão definidos na reunião administrativa do conselho, marcada para amanhã.

“Vou pedir ao conselho um pouco mais de uma semana para apresentar o relatório e a tendência é que o voto seja aberto, é quase um consenso”, afirmou Saturnino, que passou o fim de semana descansando em Pirenópolis, Goiás, cidade histórica a cerca de 150 quilômetros de Brasília.

O relator não adiantou se recomendará a abertura do processo de cassação de ACM e Arruda, mas disse que não acredita nas versões sustentadas pelos dois senadores em seus depoimentos. Saturnino indicou, ainda,

considerar pouco provável a aplicação de penas diferentes aos dois senadores e garantiu que na elaboração de seu relatório vai ouvir os integrantes do Conselho de Ética, para saber da tendência dos votos. “Vou buscar ouvir um pouco, mas isso não significa fazer o que a maioria quiser se for diferente da minha convicção pessoal”, disse o relator do processo.

Prudência – Saturnino decidiu adiar em “pouco mais de uma semana” a apresentação de seu parecer, que estava marcado para 10, por prudência. “Acelerar um processo desse não é uma coisa muito prudente”, enfatizou.

O senador quer que os colegas tenham tempo para sedimentar suas convicções. O atraso, segundo ele, não pretende beneficiar ACM, que apostava na demora para acalmar os ânimos e conseguir uma pena mais branda. “Até pensei nisso, mas se esse tempo a mais servir para mudar a minha cabeça ou de qualquer senador é até positivo, porque mostra que a convicção anterior estava marcada pelo emocional”, justificou.

A discussão sobre a modalidade de votação do parecer de Saturnino surgiu com a argumentação de alguns integrantes do Conselho de Ética sobre a obrigação constitucional de votações secre-

tas nos processos de cassação de parlamentares. Na avaliação de Saturnino, essa tese não prevalece no caso de seu parecer por que os senadores estarão apenas referendando uma investigação preliminar, que é anterior até mesmo à abertura do processo de cassação.

A escolha entre a votação secreta e aberta será feita pelo plenário da Conselho de Ética. Segundo Saturnino, o presidente do Conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vai submeter o assunto a votação amanhã. Uma votação secreta poderia, em tese, beneficiar os acusados,

pois os senadores não teriam de dizer como votaram e, portanto, não estariam sujeitos à pressão de seus eleitores. Nas votações abertas, ao contrário, cada senador declara o seu voto no microfone.

Renúncia – O relator do processo reconhece que se ACM renunciar e conseguir que todos os seus suplentes façam o mesmo, uma eventual punição aplicada pelo Senado poderá ser anulada. Nesses casos, a lei determina a realização de novas eleições e ACM pode ser novamente eleito e reassumir o cargo. “Se o povo da Bahia confirmar a reeleição, o que é que nós podemos fazer? A vontade do povo é soberana”, afirmou Saturnino.

Na avaliação do relator, o

julgamento a que os dois colegas estarão submetidos é eminentemente político. Como exemplo, Saturnino lembrou a cassação do deputado Barreto Pinto, que perdeu o mandato, em 1949, por haver aparecido na capa da revista *O Cruzeiro* vestindo apenas cuecas. “Hoje isso seria muito mais um motivo de ridicularização, mas naquele momento justificou a perda do mandato”, explicou.

O relator considera o crime cometido pelo senador cassado Luiz Estevão mais grave que o de Arruda e ACM, mas acredita que essa diferença não serve para isentar os dois senadores de uma eventual cassação uma vez que o motivo da quebra de decoro no caso do ex-senador Estevão foi a mentira em seu depoimento, delito em que Arruda e ACM são réus confessos.

O senador Saturnino avalia que a pressão social a favor da cassação do mandato dos dois senadores é “inequívoca”. No discurso que fez durante a reunião do diretório regional do PSB, no sábado, o relator comparou ACM e Arruda a “símbolos de um comportamento que a sociedade não quer mais, que têm de ser ultrapassados” e lembrou que há algum tempo seria impensável a ameaça de cassação de um senador que “demonstrou poder talvez como nenhum outro político brasileiro no período recente”, referindo-se ao senador baiano e ex-presidente do Senado, e de um ex-líder do governo, como é o caso de Arruda.

**PENA PARA
ARRUDA E
ACM DEVERÁ
SER IGUAL**